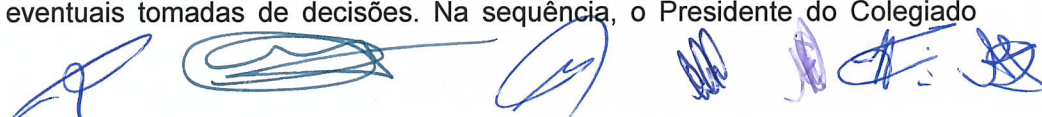


**CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E
ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 62.463.005/0001- 08 / NIRE Nº 3530002780-9**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 2/2017 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2017**


Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sede Social da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da CEAGESP, os Senhores Francisco de Assis da Silva Lopes – Presidente do Conselho, Marcus Flávio Oliveira, Antonio Carlos do Amaral Filho, Sergio Feijão Filho, Giovanni de Sousa Papini e Arnaldo Barbosa de Lima Junior. Dando início à reunião, foram abordados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata nº 21/2016 da reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 16.12.2016:** aprovada; **2. Análise da ata nº 11/2016 da Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 21.11.2016:** o Colegiado tomou conhecimento da mencionada ata. O Conselheiro Giovanni solicitou a palavra e mencionou o consignado na referida ata sobre a Ressalva nas contas do exercício de 2016 – ativo imobilizado (item 4.4.1). O Senhor João Xavier esclareceu que a empresa Make Avaliações entregou o trabalho de levantamento a qual foi contratada obedecendo a Legislação vigente. O sistema StarSoft versão 5 não consegue emitir os relatórios para a elaboração do Balanço Societário, sendo que a nova versão do sistema contempla a emissão, mas será iniciado na CEAGESP no exercício de 2017. Para solucionar o problema de elaboração do Balanço Societário de 2016, foi necessário contratar a empresa Make Avaliações para o trabalho de apuração da depreciação societária, dando condições para ser elaborado o citado Balanço, com isso, não teremos ressalva no Balanço de 2016. Entregou ao Colegiado, resumo do andamento do referido processo e informou que a auditoria independente está ciente dos referidos trabalhos. Referente ao processo de Sindicância sobre a contratação da empresa Telecom South América - serviços de telefonia e Internet nas prestações dos serviços nas unidades dos entrepostos do interior (item 5. e) o Conselheiro Giovanni indagou sobre o andamento do referido processo. O Senhor Loreto comentou que houve um trabalho de auditoria referente ao contrato em tela em outubro/2016, sendo constatado irregularidade nos pagamentos efetivados, que deixou de observar os requisitos mínimos de controle interno especificados nas Normas de Procedimentos Internos. Este relatório de auditoria recomendou a abertura de um processo administrativo de sindicância, o qual encontra-se em andamento - Portaria nº 50, de 21.10.2016. Na oportunidade, o Senhor Amaral solicitou a palavra para explanar sobre o assunto em questão, relatando que esse assunto vinha desde as gestões anteriores, há mais de ano, sendo que ficou a seu encargo apurar novamente os fatos, cancelar contratos e propor sanções. Prontificando-se a encaminhar cópias dos autos ao membros do CONSAD tão logo fossem concluídos os trabalhos sob responsabilidade da Auditoria e do Jurídico. Comentou também haver determinado à CODIN a abertura de sindicância para apurar a falta de cerca de 90 toneladas de milho, na Unidade de Fernandópolis. No Processo, o gestor da unidade alegou que a perda era devida a um furo do Silo. O Sr. Amaral entendeu ser necessária uma apuração mais fina dos fatos, pois 90 Ton. devem ocupar mais de 100 m³ (cem metros cúbicos). É um volume muito significativo de milho. Também determinou apuração para a unidade armazenadora de Avaré, onde a auditoria interna encontrou discrepâncias significativas tanto de falta de milho, algo como 160 Ton. (cento e sessenta toneladas), assim como excedentes de soja e trigo, algo da ordem de 200 Ton. (duzentas toneladas) para cada um dos produtos. Chamou a atenção para o fato de que ainda que essas quantidades sejam excedentes, o fato não é menos grave, pois não foram encontrados registros dessas quantidades. Relatou que há estudos para reavaliar as operações das unidades deficitárias da rede armazenadora e que solicitou a recuperação de informações constantes de material apresentado por Consultorias contratadas por gestões anteriores, visando corroborar em eventuais tomadas de decisões. Na sequência, o Presidente do Colegiado



solicitou ao Coordenador da CODIN Senhor Loreto, que elabore e apresente aos membros um relatório sobre os processos da Companhia que estão em fase de sindicância; **3. Análise das atas das reuniões da Diretoria Executiva da CEAGESP nºs. 47, 48, 49 e 50, realizadas em 30/11, 6/12 (02), 15/12, respectivamente:** o Colegiado tomou conhecimento das citadas atas e considerou as deliberações adequadas e de conformidade com as responsabilidades e atribuições estatutárias à Diretoria Executiva. O Conselheiro Giovanni destacou da ata nº 49/2016, de 6.12.2016, o item 8 - Norma NP-FN 009 – faturamento e critérios de rateio dos entrepostos, que a mesma não atinge os entrepostos do interior. O Senhor João Xavier respondeu, que realmente a norma de rateio do ETSP já está concluída e estamos providenciando a norma para as unidades do Interior, mas temos de consultar o DEINT que é área de negócio, pois cada Unidade utiliza um critério conforme as negociações. Continuando o Conselheiro solicitou esclarecimentos sobre a contratação de Assessoria em Gestão de estacionamentos – processo nº 152/2016 (item 10, ata nº 49, de 6.12.2016). O Conselheiro e Diretor Presidente da Companhia Senhor Amaral esclareceu que: A empresa ParkTwo Serviços de Operação e Administração de Estacionamentos Ltda. havia sido contratada por Autorização de Uso “AU” na gestão passada e que essa sistemática havia recebido ressalvas do TCU – Tribunal de Contas da União segundo informações recebidas das áreas gestoras da CEAGESP. Ainda que esse contrato encerrou-se em 07.12.2016, e a empresa em Novembro foi cientificada do encerramento e da não intenção de prorrogação da referida “AU” tendo em vista as normas internas que impedem tal prorrogação bem como as dificuldades impostas pelo posicionamento do TCU, contrário não apenas à contratação por “AU” para a exploração dos estacionamentos mas inclusive à forma como a ParkTwo fora contratada, inviabilizando qualquer hipótese de prorrogação, no entender da Diretoria Executiva. Entretanto, informou ao representante da ParkTwo que tão logo iniciássemos o processo licitatório para a exploração do estacionamento a empresa poderia concorrer com as demais interessadas normalmente. Continuando, destacou que inexplicavelmente a empresa “ParkTwo” passou a dar problemas sérios, como um cheque no valor de algo como R\$ 470.000,00 para pagamento parcial do mês de novembro, sem provisão de fundos, que ao ser reapresentado havia sido sustado, denotando má-fé, não pagou a empresa que alugava as cancelas de entrada do estacionamento e se recusou a desocupar as áreas de estacionamento, ingressando na justiça com ações protelatórias. Diversos impasses jurídicos foram vivenciados com a empresa, desde a sua situação de inadimplência junto à CEAGESP, até a ocupação indevida do estacionamento. Diante destes fatos e dos impasses causados pelos posicionamentos do TCU, a Diretoria Executiva da Companhia houve por bem adotar uma solução provisória para a operação dos estacionamentos do Entrepósito. Para o novo modelo foi utilizado pessoal próprio da CEAGESP e terceirizados que desempenham atividades compatíveis com as requeridas na operação de estacionamentos, em autogestão. Além disso, foi contratada uma empresa por até dois meses com o fito de oferecer consultoria e assessoria de autogestão de estacionamento. Com o objetivo de fornecer gestão diária, orientação operacional aos colaboradores da Companhia, gerenciamento dos terminais de cobrança, comunicação visual, etc., operando, contudo, sob a supervisão de gestor designado pela CEAGESP. A partir de então, passamos a controlar a entrada/saída de veículos - diaristas - e recolher diariamente os valores aferidos aos cofres da Companhia, devidamente contabilizados pelo DEFIC. Quanto aos usuários na categoria de mensalistas, passou-se a efetuar o devido cadastramento no Departamento Financeiro da Companhia, com os valores pagos através de boletos bancários, dessa forma o cadastro dos mensalistas que nunca foi de conhecimento da CEAGESP, passa ao seu controle, o qual deve representar algo em torno de 250 mil reais por mês ou mais. Esclareceu ainda que o Edital para a contratação de um novo operador de estacionamento foi submetido ao TCU, posteriormente aprovado pela Diretoria e publicado. O atual processo deve perdurar até que se conclua a licitação. O Conselheiro Marcus Flávio Oliveira certificou aos presentes que, em nenhum momento, o Conselho de Administração teve conhecimento a respeito da conduta da empresa contratada e a informação repassada ao CONSAD era de que o edital de contratação para operacionalização e gestão do estacionamento do CEAGESP estava em elaboração. Após novos questionamentos feitos ao Senhor João Xavier, ficou evidenciado que a CEAGESP ainda não tinha todas as informações quanto a arrecadação dos estacionamentos, pois não havia concluído o cadastramento dos mensalistas e a operação do estacionamento não havia completado sequer um mês. O que será resolvido após finalização dos cadastros que estão sendo realizadas pelo Departamento Financeiro e Contábil. Informou também, que o cadastramento dos mensalistas



(cópia da documentação e do último boleto quitado pelo mensalista) efetuado pelo DEFIC, depois de transitado pelo DEPEC para lançar no sistema informatizado (banco de dados) e cadastramento. O DEFIC emitirá então os novos boletos. O Presidente do Conselho entendeu necessário submeter o caso à apreciação e manifestação da Auditoria da Companhia. Em seguida, o Conselheiro Giovanni indagou sobre o Convênio de Cooperação Mútua CEAGESP x ACAPEP (Associação de Comerciantes Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo) para administração e viabilização da unidade de beneficiamento de pescado (**item 6 da ata nº 50**). O Senhor João Xavier esclareceu que o convênio estabelece a administração e operacionalização da unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP) da CEAGESP, incluindo a fábrica de gelo, cabendo ao outorgado os encargos das despesas, de água, energia elétrica e telefone. O Conselheiro e Diretor Presidente Senhor Amaral ratificou as informações e salientou que permanece pendente a obtenção do SIF - Serviço de Inspeção Sanitária para as atividades do setor. Questionado se a CEAGESP tem obtenção de Receitas pela exploração da Unidade de Beneficiamento de Gelo, o Senhor Xavier informou que não, que somente recupera as despesas citadas; **4. Informações e esclarecimentos administrativos: 4.1 Plano de Trabalho (item 5, ata nº 21/2016):** o Colegiado acusou o recebimento de proposta do Plano de Trabalho elaborado pelo Conselheiro Giovanni Sousa Papini. A proposta foi amplamente avaliada e ficou definido que cada Conselheiro ficaria com parte do Plano para definição dos prazos, para que na próxima reunião sejam avaliados e aprovados, conforme segue: **a)** Fiscalização dos Atos de Gestão: Conselheiro Giovanni; **b)** Financeiro - Fiscal - Auditoria: Conselheiro Arnaldo; **c)** Estrutura de Controle: Presidente Francisco; **d)** Transparência: Conselheiro Marcus; **e)** Programa de Integridade: Conselheiro Feijão e **f)** Assuntos Diversos: Colegiado. Os prazos para atendimento das referidas atividades serão confirmados pelos respectivos gestores. O Presidente do Conselho, Senhor Francisco de Assis, destacou a necessidade de definição sobre eventuais alterações do estatuto Social, reportando a Lei nº 13.303/16; **4.2 Implantação do Processo de Riscos Corporativos (item 6.4, ata nº 21/2016):** para apresentar a implantação do Processo retro mencionado, esteve presente na reunião com o acompanhamento do Coordenador da CODIN o Senhor Loreto e o auditor Senhor Leonardo, os responsáveis pela empresa de consultoria contratada B&A Brasileiro & Associados. Preliminarmente, o responsável pela empresa Senhor Antonio Celso Ribeiro Brasileiro comentou a abrangência da estrutura analítica do Projeto CEAGESP que consiste: **a)** Contexto Estratégico, **b)** Processo de avaliação dos riscos; **c)** Análise e avaliação de riscos inerente; **d)** Análise e avaliação de riscos - residual; **e)** Respostas aos riscos e **f)** Monitoramento e Análise Crítica. Comentou sobre a Lei nº 13.303, de 30.6.2016 e Decreto nº 8.945, de 27.12.2016 e destacou que a legislação: **a)** Institui regras de governança corporativa; **b)** Novo marco regulatório para licitações e contratos, **c)** Estruturas, práticas de gestão de riscos, *compliance* e de controle interno e **d)** Mecanismos de proteção de acionistas. Teceu considerações esclarecendo que nos dispositivos legais, busca-se maior transparência na gestão e melhorias no relacionamento das empresas com as principais partes interessadas, abrangendo as Empresas Públicas (e subsidiárias) e Sociedade de Economia Mista (e subsidiárias). No contexto da CEAGESP o expositor esclareceu que a implantação está em fase de avaliação dos processos críticos, validação dos Riscos Estratégicos observados pela Diretoria da CEAGESP. Disponibilizou minutas sobre a Política e sobre o Processo de Gestão de Riscos atualmente encontra-se em tramites internos (Comunicação Interna nº 119/2016 à CODGO em 29.11.2016) para aprovação institucional. Ressalta-se, no entanto, que devido ao escopo contratado será mapeado os riscos em 5 (cinco) processos da CEAGESP e área que assumir a gestão de riscos avançará sobre outros setores da Companhia. Prosseguindo o Senhor Brasileiro se colocou à disposição do Colegiado que fez várias indagações e informações que foram todas esclarecidas. Com os agradecimentos do Colegiado pelas informações e esclarecimentos prestados, os expositores retiraram-se da reunião; **4.3 DEFIC - Orçamento x Realizado até dezembro de 2016:** o Colegiado acusou o recebimento do documento retro mencionado, encaminhado aos Conselheiros - via e-mail pelo DEFIC. O Senhor João Xavier comentou os dados relevantes do citado documento: **a) Receitas:** atingiu o total de R\$ 231,030 milhões - 100,4% **do orçamento reprogramado** sendo que a armazenagem atingiu R\$ 197,390 milhões - 100,8% e a armazenagem R\$ 28,325 milhões - 95,2%; **b) Despesas:** realizadas até dezembro de 2016 de R\$ 248,073 milhões - 95,0% **do orçamento reprogramado** sendo: **Investimentos** - R\$ 9,085 milhões - 69,9%; **Despesas com Pessoal** - R\$ 73,983 milhões - 99,9%; **Dispêndios indiretos com pessoal** - R\$ 8,778 milhões - 98,8%; **Materiais e Produtos** - R\$ 7,019 milhões - 100,3%; **Serviços de Terceiros** - R\$ 72,289 milhões - 99,2%;



Utilidades e Serviços - R\$ 41,478 milhões - 94,9%; **Tributos e encargos** - R\$ 27,512 milhões - 98,9%; **Demais Dispendios Correntes (Processos Trabalhistas)** - R\$ 7,783 milhões - 69,1%. O Colegiado solicitou várias informações e fez indagações sobre os resultados apresentados, que foram respondidas pelo Senhor João Xavier, com destaque para os itens investimentos, dispendios com pessoal, energia elétrica e águas e esgotos, IPTU e despesas financeiras e dividendos. O Colegiado se mostrou preocupado com o déficit acumulado no exercício de 2016. O Conselheiro Arnaldo solicitou ao Senhor João elaborar demonstrativo do histórico dos resultados em exercícios anteriores e que apresente ao Colegiado; **4.4 Planejamento Estratégico 2017 – 2021 (item 5.5, ata nº 21/2016):** a ser apresentado na reunião de fevereiro/2017; **4.5 Demonstrativo do passivo trabalhista de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo com a CEAGESP - item 3 da ata nº 21/2016:** o Colegiado acusou o recebimento do Demonstrativo enviado pelo DEFIC através de e-mail. O Senhor João Xavier detalhou que os valores consignados, atualizado até 30.09.2016, pendente de ressarcimento por parte do Governo do Estado de São Paulo atinge o montante em torno de R\$ 111,589 milhões. Indagado pelo Colegiado sobre o ressarcimento dos valores pagos pela CEAGESP, o Senhor João respondeu que as tratativas continuam junto aos setores responsáveis do Governo do Estado de São Paulo, porém, sem uma previsão para os pagamentos; **4.6. Cadastro dos Diretores - item 6.1, ata nº 21/2016:** o Presidente do Colegiado Senhor Francisco de Assis solicitou a palavra para tecer considerações sobre o assunto, abordando em reuniões anteriores, pendente por parte da Diretoria Executiva. A necessidade de cumprimento e conformidade com a Lei nº 13.303/16, e o Decreto nº 8.945/16 no tocante aos requisitos e vedações legais e estatutários para exercer as funções de Diretores, o Colegiado aguarda a entrega dos documentos dos referidos documentos. Continuando, o Presidente argumentou o impedimento de continuidade do exercício do cargo de Diretor Presidente do Senhor Antonio Carlos do Amaral Filho, previsto no artigo 17, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conforme apontado pela CGU, no Relatório de Avaliação de Integridade nº 201601847. Acrescentou, que de acordo com Certidão da Justiça Eleitoral, emitida em 24.01.2017, o Senhor Amaral exerce funções como membro efetivo de Partido Político. O Senhor Antonio Carlos do Amaral Filho solicitou a palavra e afirmou que de fato é membro de partido político, no caso Partido Progressista - PP, entretanto sua posse tanto no Conselho de Administração quanto na Presidência da empresa se deu antes da promulgação da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016. Avocar essa Lei nesse momento seria ferir o conceito mais que consagrado do direito da não retroatividade das Leis. Isso posto, a título de esclarecimento, informou que de fato faz parte da comissão executiva provisória do Diretório Estadual do Partido Progressista, fato de domínio público, pois publicado no site do TRE. Ainda que suas funções partidárias sejam de carácter honorífico, sem qualquer tipo de remuneração ou de ganho pessoal e na qualidade de membro (vogal). Em absoluto, não estava de acordo com a interpretação do Presidente do Conselho de Administração. Entretanto, ainda que consternado, entendia o que estava acontecendo naquele momento. Em seguida, o presidente do Conselho de Administração deixou claro que não se tratava de uma interpretação pessoal e que este assunto já havia sido tratado em reuniões anteriores do Conselho, posto que, desde a reunião ordinária do Conselho de Administração de Outubro de 2016, os conselheiros estavam solicitando ao Sr. Amaral a apresentação do cadastro de administrador, nos moldes disciplinados na lei nº 13.303/2016, Também informou que, com a edição do Decreto nº 8.945/2016, restou assegurado aos membros dos conselhos de administração analisar os requisitos para o preenchimento do cargo de diretor de empresa estatal e pelo fato do Sr. Amaral ser membro de direção de partido político entendia necessário que o colegiado avaliasse a situação. Em seguida o Senhor Amaral se retirou da reunião. Diante da situação e em cumprimento à Lei nº 13.303/16 o Presidente Senhor Francisco de Assis colocou em votação a exoneração das funções de Diretor Presidente da CEAGESP do Senhor Antonio Carlos do Amaral Filho. **Deliberação:** o Colegiado por unanimidade, aprovou a exoneração do cargo de Diretor Presidente da CEAGESP do Senhor Antonio Carlos do Amaral Filho, e decidiu nomear como Diretor Presidente interino, na forma e condições estatutárias, o Senhor Luiz Concílius Gonçalves Ramos, brasileiro, viúvo, engenheiro agrônomo, RG nº 2.357.400 – SSP/SP, CPF/MF nº 049.672.408 – 87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo; **5. Outros Assuntos: 5.1 – Audiência Pública nº 010/2016 da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT:** o Conselheiro Feijão solicitou a palavra para tecer considerações sobre o assunto. Em vista da realização nesta Capital, no último dia 24 da reunião em tela, convocada pela ANTT para colher subsídios para o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos, da



Malha Paulista, em bitola larga e atualmente titulada a subsidiária integral da Rumo S.A., o Conselheiro Feijão aderiu a convocação e representou a CEAGESP naquela oportunidade, uma vez que aquele conjunto ferroviário, oriundo da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro e de sua tributária direta a Estrada de Ferro Araraquara, atende a algumas unidades de armazenagem e constitui em importante corredor de exportação para o agronegócio. Naquela ocasião, a plena reativação das linhas de Bauru a Panorama (340 km) e de Pradópolis a Colômbia (186 km) foi defendida oralmente pelo Conselheiro, que apresentou sugestões neste sentido à ANTT. A justificativa apresentada foi a de que o possível abandono em definitivo destas linhas localizadas no Oeste e Norte do Estado poderiam causar transtornos à logística, principalmente aquela associada ao agronegócio vez que a Unidade de Tupã necessita de estrada de ferro operacional e hoje se ressentir, infelizmente, do inexplicável abandono deste modal, além do que a Alta Paulista (Bauru - Panorama), como as regiões dos Vales dos Rios Mogi Guaçu, Pardo e Rio Grande (Pradópolis - Colômbia) necessitam do trem para o aprimoramento de sua indústria voltada para a agricultura, e tais linhas são integrantes do Plano Nacional de Viação, codificadas como EF366 e EF465, constituindo diretrizes de integração com os Estados vizinhos de MS e MG por onde passa uma forte corrente de tráfego direcionada para o Porto de Santos, carreando grãos das regiões de Dourados/Maracaju e do Centro-Oeste. O Conselheiro, todavia, não se colocou contra a renovação, porém, fez reparos ao estado de abandono destes trechos de superior interesse para a agricultura e a logística como um todo, sugerindo que, se os mesmos não forem do real interesse da Rumo e após as reconstruções às expensas da atual concessionária (América Latina Logística Malha Paulista S.A.), tais linhas sejam oferecidas a interessados em assumir as suas operações, na forma de *SPEs, nos moldes das short lines americanas*. O Conselho de Administração entende ser adequada a defesa da reativação de trechos ferroviários que contribuam ao aprimoramento geral da economia, em especial do agronegócio, e aguarda relatos do Conselheiro Feijão sobre a evolução deste tema; 6. **Documentação entregue:** cópias das atas das reuniões: da Diretoria Executiva nºs. 47, 48, 49 e 50; do Conselho de Administração nº 20/2016 realizada em 11.11.2016; do Conselho Fiscal nº 11/2016, realizada em 21.11.2016; Relatório Orçamento / Realizado de 2016. Nada mais tendo sido tratado, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo secretário da reunião. São Paulo, 27 de janeiro de 2017.



Francisco de Assis da Silva Lopes
Presidente do Conselho



Antonio Carlos do Amaral Filho
Conselheiro



Sergio Feijão Filho
Conselheiro



Marcus Flávio Oliveira
Conselheiro



Giovanni Sousa Papini
Conselheiro



Arnaldo Barbosa de Lima Junior
Conselheiro



Rodolpho Braz de Aquino Filho
Secretário da reunião